

COSTA, Carlos Alberto Santos. Notas sobre a materialidade da relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia, 2024, V39 N2, p. 45-58. <https://doi.org/10.51359/2448-2331.2024.266294>

**NOTAS SOBRE A MATERIALIDADE DA RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE A
MUSEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA**

**NOTES ON THE MATERIALITY OF THE INTERDISCIPLINARY RELATIONSHIP BETWEEN
MUSEOLOGY AND ARCHAEOLOGY**

Carlos Alberto Santos Costa¹

<https://orcid.org/0000-0003-1204-322X> / carloscosta@ufrb.edu.br

¹ Curso do Bacharelado em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia, Brasil

RESUMO

Os Museus e as Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico são fiéis depositários de primeira ordem de bens arqueológicos. Os processos de investigação, curadoria e extroversão decorrem de uma imbricada relação interdisciplinar entre os campos da Museologia e da Arqueologia, os quais, além de friccionarem as suas epistemologias na compreensão dos acervos, têm a expressão fática dessa interdisciplinaridade na materialidade dos seus respectivos objetos arqueológicos. O intuito deste artigo é apresentar didaticamente, com foco na imponderável materialidade dos bens arqueológicos, os aspectos que constituem a compulsória relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia.

Palavras-chave: Bens Arqueológicos; Museologia; Arqueologia; Interdisciplinaridade

ABSTRACT

'Museums' and 'Archaeological Heritage Research and Custody Institutions' are first-rate custodians of archaeological assets. The processes of investigation, curation and extroversion arise from an intertwined interdisciplinary relationship between the fields of Museology and Archaeology, which, in addition to clashing their epistemologies in the understanding of collections, have the factual expression of this interdisciplinarity in the materiality of their respective archaeological objects. The purpose of this article is to present didactically, with a focus on the imponderable materiality of archaeological assets, the aspects that constitute the compulsory interdisciplinary relationship between Museology and Archaeology.

Keywords: Archaeological Assets; Museology; Archaeology; Interdisciplinarity

PREÂMBULO

Em 2008, quando sistematizei o texto base que deu origem ao presente prospecto, a ideia seria tratar aspectos relacionados à fricção interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia a partir de quatro enfoques: 1) a indelével natureza material do objeto arqueológico; 2) os aspectos legais relacionados ao objeto arqueológico; 3) os contornos epistemológicos dos campos da Museologia e da Arqueologia no tratamentos de acervos arqueológicos; e, finalmente, 4) a constituição do objeto arqueológico como herança social.

Por uma série de razões que o devir reservou, esse debate não foi continuado em quatro etapas da maneira planejada, mas a partir de um conjunto expressivo de contribuições que assinei em autoria ou coautoria, as quais incidiram sobre a relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia (BARBOSA e COSTA, 2023 e 2024; BRUNO et al., 2020; COSTA, 2008, 2014, 2017, 2018, 2019a e 2019b; COSTA e COMERLATO, 2013/2014; COSTA e FERNANDES, 2020; FERNANDES e COSTA, 2019; SALADINO e COSTA, 2015; SALADINO et al., 2013). O fato objetivo é que o primeiro daqueles quatro enfoques foi tratado em texto e, desde então, algumas coisas se alteraram, bem como outras têm argumentos mais consistentes na atualidade. Por isso, reapresento o debate, ampliado e atualizado o texto original, para fomentar a discussão.

Neste artigo, meu objetivo é sistematizar reflexões acerca de diferentes aspectos da relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia, especificamente no que se refere à compulsória natureza material do objeto arqueológico. Isso porque, na minha ótica, trata-se de um assunto que urge ser amplamente debatido, no sentido de encarar dissidências tácitas existentes entre esses distintos campos do conhecimento, uma vez que, acima das idiosincrasias de cada uma dessas especialidades, estão os fins comuns de atuar em prol da sociedade.

A RELAÇÃO MATERIAL COMPULSÓRIA ENTRE A MUSEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA

Antes de dar continuidade a esta discussão, cabe explicitar o que entendo por interdisciplinaridade. Este conceito afigura a existência de intercâmbio de profissionais de diferentes campos do conhecimento, que atuam conjuntamente, numa verdadeira sinergia, em prol de um fim comum. Portanto, não se trata de o profissional de uma área absorver práticas e conhecimentos de outras áreas. A relação interdisciplinar pode ocorrer, discricionariamente, por interesse de pesquisadores que são de campos distintos e que labutam com temas de interface. Mas pode ocorrer também de forma obrigatória, na medida em que certos aspectos do conhecimento são matéria de

abordagem interdisciplinar necessária. No caso em pauta – a materialidade da relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia –, acredito que se tem a relação interdisciplinar obrigatória. Justamente esta obrigatoriedade representa o primeiro ponto a ser considerado e superado.

Cabe frisar que diversos aspectos da abordagem interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia têm sido discutidos por diferentes pesquisadores ao longo das últimas quatro décadas (BARBOSA, 2023; BRUNO, 1992, 1996a, 1996b, 1999, 2005, 2007, 2013 e 2013/2014; BRUNO e ZANETTINI, 2007; BRUNO et al., 1992; CALDARELLI et. al. 1982; COSTA, 2007a e 2007b; COSTA e COMERLATO, 2007; DUARTE CÂNDIDO e WICHERS, 2015; DUARTE CÂNDIDO, 2005, 2008 e 2018; DUARTE CÂNDIDO e CALDARELLI, 2017; LIMA et al., 1993; PARDI, 2002; RIBEIRO, 2007 e 2013; SALADINO, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013/2014, 2015; SALADINO e WICHERS, 2015; TAMANINI, 1994; WICHERS, 2010, 2012, 2014, 2013/2014, 2016 e 2017; WICHERS e SALADINO, 2015; dentre outros). Sem dúvida, esses trabalhos representam uma imensa contribuição às discussões. Contudo, muito ainda há de ser discutido, frente à complexidade do tema, sua grande dimensão, seu potencial de dinamização e de mudança de axiomas.

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar uma informação relacionada a um acompanhamento sistemático que Paulo Zanettini junto a colaboradores fazem do crescimento exponencial que, a cada ano, os trabalhos de escavações arqueológicas vêm obtendo, de forma que a curadoria dos acervos gerados a partir de tais trabalhos (desde os procedimentos de coleta e de tratamento laboratorial até a sua exposição), “seu futuro”, é objeto de preocupação entre os gestores institucionais, entre os órgãos de preservação do patrimônio e entre os pesquisadores (BRUNO e ZANETTINI, 2007). Frente a esses dados, arrisco-me a concluir que nenhum acervo material, em território nacional, cresce de maneira tão rápida quanto o arqueológico. Assim, devem ser discutidos de maneira urgente os problemas – tanto do campo técnico quanto do campo epistemológico – dos acervos arqueológicos que passam a integrar as reservas dos “Museus” e das “Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico”. Nessa discussão, a participação da comunidade museal torna-se imperativa.

Para os fins deste texto, assumo a noção de “Museu” de acordo com a Lei Federal nº 11.904/2009, que preconiza:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções

de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Por sua vez, a partir da Portaria MINC/IPHAN nº 375/2018, as “Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos” são compreendidas como:

- (1) Espaços para o desenvolvimento de ações de Interação com o patrimônio cultural arqueológico.
- (2) Espaços, autorizados pelo Iphan, capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização.

Deste primeiro conjunto de informações depreende-se um implícito: ao falar da relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia, sobremaneira na prática museal, estou tratando, necessariamente, de uma relação executada em espaço físico. Falo “necessariamente”, pois estas discussões interdisciplinares tendem a ocorrer quando os materiais arqueológicos são integrados em espaços formais como os Museus e as Instituições de Guarda e Pesquisa do Patrimônio Arqueológico. Digo isso por uma razão simples: a maior parte do acervo arqueológico que demanda tratamento museal é composta por objetos que precisam de local à salvaguarda. Essa necessidade deve-se a vários fatores, cito alguns deles a seguir.

O fato de os objetos terem sido retirados de seu contexto de origem por coleta ou escavações arqueológicas – o que torna sua reinserção no sítio impossível (uma vez que a relação do objeto com a área de origem é desfeita com a escavação ou a coleta) – faz dos museus tradicionais e das instituições de guarda e pesquisa ambientes propícios e necessários à salvaguarda desses materiais. Além disso, alguns materiais são frágeis ou extremamente particulares e únicos, de maneira que precisam de condições especiais para existirem fora do sítio. Trata-se de peças de naturezas diversas, tanto minerais (pilões, machados, pontas de projétil, cerâmicas etc.) quanto orgânicas (cinzas, carvões, madeiras, ossos, fibras vegetais etc.).

Além da condição física dos objetos arqueológicos, eles ainda têm características particulares, de modo que, na maioria das vezes, necessitam da intervenção de especialistas para serem

compreendidos. Alguns artefatos arqueológicos não apresentam semelhanças – nem de forma nem de função – com os objetos contemporâneos, de maneira que o entendimento de sua condição antrópica é feito muito mais pelo estudo técnico e tecnológico do que por um reconhecimento imediato de sua serventia. Em alguns casos, a situação torna-se mais complicada, pois o objeto sozinho não é suficiente para o reconhecimento de sua condição antrópica. As fogueiras encontradas em escavações de sítios pré-coloniais são exemplos privilegiados disso, tendo em vista que uma rocha da fogueira, se observada de maneira isolada, não seria entendida como fruto de ação antrópica; mas, quando relacionada com as outras rochas, carvões e cinzas dispostas de maneira organizada num espaço, demonstram a intencionalidade humana na confecção do arranjo.

Outros exemplos são peças que não compõem utensílios, mas restos de produção destes. Embora, em termos estéticos, sejam pouco significativas para a exposição museal, são extremamente importantes para a Arqueologia e para a construção de conhecimento científico, uma vez que se tornam excelentes indicativos da forma de produção de diferentes instrumentos. Aqui, posso indicar como exemplo as micro lascas – que são fruto de debitage de instrumentos líticos lascados –, as pedras de hematitas com marcas de uso – que são pedras de óxido de ferro utilizadas para a pintura indígena (corporal, de cerâmica, de suportes rochosos etc.) –, refugos de olarias e áreas de captação de matéria prima. Não perfazem utensílio em si, mas são, incontestavelmente, fruto de ação humana; portanto, artefatos.

Por outro lado, o objeto arqueológico não está limitado ao artefato, isto é, aquilo que é fruto de ação humana. Existem outros materiais de natureza não antrópica que são importantes para a análise arqueológica. Como exemplo, temos, dentre outros: os sedimentos das camadas estratigráficas que servem para determinar as diferentes ações deposicionais e pós-deposicionais que acometeram um sítio, fruto das diferentes condições climáticas; os polens que estão contidos nestes sedimentos, as fibras dos carvões e de restos de madeiras que possibilitam determinar a flora da época em que ocorreu a sedimentação; os ossos de animais e carapaças de caramujos que permitem determinar a fauna; o estudo do solo e das rochas que são localizadas nas escavações. Portanto, conformam elementos imprescindíveis para a reconstituição do ambiente em que estava inserido o sítio arqueológico.

Outros exemplos de materiais arqueológicos que não configuram artefatos são os ossos humanos (DILLEHAY, 1997), os parasitas intestinais encontrados fossilizados em coprólitos humanos, as lêmbeas de piolhos de chumaços de cabelos de múmias (ARAÚJO e FERREIRA, 1997) e as árvores de velhos pomares que, em muitas situações, permitem reconhecer áreas de antigas fazendas. Neste caso, abre-se margem para outros conceitos de materiais de interesse arqueológico, que são os ecofatos/biofatos e os geofatos (FUNARI, 2006). Ora, frente à diversidade verificada, posso dizer

que conforma objeto arqueológico tudo que possibilite reconstituir a história das diferentes sociedades que não disponham de representantes para contar essa história, indiferente a condição antrópica deste objeto.

Por outro lado, no que tange à Museologia, esta mesma diversidade permite afirmar seguramente que nem tudo que é arqueológico poderá estar fisicamente no museu formal, mas tudo que é arqueológico é passível de aplicação dos processos museológicos e de musealização. Refletindo um pouco sobre essa afirmação, posso exemplificar dizendo que o sítio, área onde estão os vestígios arqueológicos, raramente poderá estar num museu formal, a menos que o museu seja construído no sítio. Todavia, reproduções do sítio a partir de dioramas, maquetes e representações imagéticas em terceira dimensão (tais como reconstituições) poderão estar no museu.

Enfim, todos esses fatores levam o objeto arqueológico a demandar de espaços adequados à sua reinserção social, seja para seu tratamento, registro, análise, salvaguarda ou comunicação. Neste caso, o espaço a que me refiro, como já apontamos anteriormente, são os Museus e as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos. Estes, se tecnicamente ordenados de acordo com as perspectivas de ação museal, sem dúvida, podem reunir condições privilegiadas à manutenção dos acervos arqueológicos.

Não obstante a especificidade do objeto arqueológico, o corpo normativo legal e infralegal vigente – CF/1988, Decreto-Lei nº 25/1937, Lei Federal nº 3.924/1961, Lei Federal nº 11.904/2009, Portaria MinC/SPHAN nº 07/1988, Instrução Normativa MinC/IPHAN nº 001/2015, Portaria Interministerial nº 60/2015, Portaria MinC/IPHAN nº 195/2016, Portaria MinC/IPHAN nº 271/2025 (substitutiva da Portaria MinC/IPHAN nº 196/2016), Portaria MinC/IPHAN nº 197/2016, Portaria MinC/IPHAN nº 375/2018 – exige a existência de uma instituição que garanta a guarda, a conservação e a difusão científica e social dos materiais. Como exemplo, a agora revogada Portaria MinC/IPHAN nº 196/2016 preconizava que “as Instituições de Guarda e Pesquisa devem ser capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo o trinômio pesquisa, conservação e socialização”; atualmente, a Portaria nº 271/2025 estabelece os parâmetros para aptidão, cadastro junto ao IPHAN e procedimentos para emissão de Declaração de Endosso Institucional pelas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os dados até então apresentados autorizam a sintetizar que a materialidade da relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia decorre dos seguintes fatores:

- Os acervos arqueológicos são, proporcionalmente, os que mais crescem no território brasileiro;
- Os acervos arqueológicos, uma vez retirados do sítio arqueológico, dependem de espaço adequado para a salvaguarda, pois as suas relações com o contexto foram desconstruídas com a intervenção arqueológica;
- As dimensões e as naturezas das matérias dos vestígios arqueológicos (frágeis e fragmentados ou inteiros) necessitam de condições especiais de preservação;
- Os acervos arqueológicos são compreendidos como altamente especializados e dependem de percepção de especialistas para a sua análise, interpretação, salvaguarda e extroversão;
- Os acervos arqueológicos não se limitam aos artefatos (frutos da ação consciente humana), mas compreendem outras categorias de materiais (ecofatos, biofatos, geofatos, materiais orgânicos e inorgânicos etc.), que, em associação com aqueles resultantes da ação intencional humana, possibilitem compreender o meio no qual as pessoas vivem e viveram;
- A valoração do acervo arqueológico e a seleção à salvaguarda resultam de um complexo processo de mensuração do potencial arqueológico do sítio, que poderá considerar, de forma isolada ou correlacionada, aspectos como volume dos acervos, musealidade, singularidade, excepcionalidade, relevância sociocultural, monumentalidade, historicidade e estética, dentre outros, a depender do potencial informativo do contexto arqueológico;
- As normativas nacionais legais e infralegais brasileiras condicionam a necessidade de instituições adequadas para a promoção de ações de conservação, proteção, estudo e extroversão dos bens arqueológicos, considerando o trinômio pesquisa, conservação e socialização. Como explicitado, essas instituições são os Museus e as Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos;
- A Museologia e a Arqueologia têm uma relação interdisciplinar compulsória, promovida pela inserção necessária dos acervos arqueológicos nos Museus e nas Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos;
- Não existe processo de extroversão de acervos arqueológicos em Museus e Instituições de Guarda e Pesquisa que não demande o conhecimento do arqueólogo

(para a produção do conteúdo) nem o do museólogo (para a adoção dos melhores e mais eficazes procedimentos de musealização).

Ou seja, a relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia é obrigatoriamente material e ocorre quase exclusivamente no âmbito das instituições culturais formalizadas. Ademais, essa argumentação permite concluir que a natureza material do objeto arqueológico é diversa. Buscando direcionar estas considerações preliminares ao foco de interesses deste texto, fazendo valer premissas de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, posso dizer isso de outra forma: o “fato museal” nos acervos arqueológicos tende a ocorrer quando os materiais são integrados nas reservas e nos laboratórios dos Museus e das Instituições de Guarda e Pesquisa.

Contudo, chegar a estas considerações também traz à tona uma séria limitação. Justamente na integração de acervos arqueológicos nas instituições museais é que começa a maior perda de informações, isto é, na aplicação de processos museológicos nos acervos arqueológicos começam a se diluir certas informações. Isso porque o museólogo tem sua atuação profissional comumente distanciada do processo de coleta sistemática dos materiais arqueológicos em campo, o que, inevitavelmente, leva à perda da noção contextual necessária à compreensão das coleções arqueológicas, noção esta que muito auxiliaria no trabalho museológico com tais coleções. Por outro lado, os arqueólogos, igualmente, distanciam-se dos processos de curadoria dos materiais integrados às instituições, acreditando serem plenos e suficientes os procedimentos e os produtos gerados com as pesquisas, de maneira que se dificulta o diálogo entre as áreas.

Em última análise, os processos museológicos de construção de sínteses do conhecimento (por meio das diferentes atividades de extroversão, como exposições e ações educativas, por exemplo) acabam sendo deficitários.

Por isso, existe a necessidade de um maior diálogo entre a Museologia e a Arqueologia, tanto na participação de museólogos na coleta sistemática de materiais arqueológicos que irão integrar acervos museais, quanto na participação de arqueólogos na produção dos processos museais nas instituições, sobretudo os relacionados a documentação, conservação preventiva, acondicionamento e difusão social. Essa distância entre as duas áreas de conhecimento é mantida nos cursos de graduação, já que as grades curriculares dos cursos de Museologia dão pouca tônica à Arqueologia – e vice-versa –, no máximo disponibilizando disciplinas isoladas da outra área; o resultado disso é haver por parte dos profissionais que estão sendo formados mútua ignorância nesse sentido. Não podemos perder de vista que a Museologia e a Arqueologia são disciplinas coirmãs, com objetivos e práticas muito

aproximados, de forma que cabe aos cursos de formação em ambas as áreas, sobremaneira aos cursos de graduação, dialogarem entre si quanto a seus objetivos e interesses.

Entendo que para esta discussão as bases estão lançadas. Obviamente, muitos outros aspectos sobre a materialidade da relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia poderiam ser abordados. No entanto, no intuito de promover a discussão, ressaltamos os três aspectos apresentados: 1) a condição física do objeto arqueológico; 2) a natureza diversa e especializada dos vestígios arqueológicos; 3) a obrigatoriedade legal de guarda dos acervos arqueológicos por Museus e pelas Instituições de Guarda e Pesquisa. Assim sendo, espero que minhas palavras se prestem a acalorar o debate e, mais do que isso, chamem a atenção para um campo de convergência de interesses que emerge pela necessidade, mas marginaliza-se na atuação.

REFERÊNCIAS CITADAS

ARAÚJO, A.; FERREIRA, L. 1997. Homens e parasitos: a contribuição da paleoparasitologia para a questão da origem do homem na América. *Revista USP – Dossiê Surgimento do Homem na América*, vol. 1 (34) 58-69.

BAHN, P.; RENFREW, C. 1993. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. Madrid: Akal.

BARBOSA, G.; COSTA, C. 2024. A salvaguarda das coleções arqueológicas de Rondônia. *Divulga-CI - Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação*, vol. 2, 1-7.

BARBOSA, G. 2023. *Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia, Brasil.

BARBOSA, G.; COSTA, C. 2023. Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 12, 90-113.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Publicado no DOU de 6/12/1937.

BRASIL. Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Publicado no DOU de 27/7/1961 e retificado em 28/7/1961.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Portaria MINC/SPHAN nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos para a comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstos na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Publicado no DOU de 1/12/1988.

BRASIL. Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Publicado no DOU de 15/1/2009.

BRASIL. Decreto Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

BRASIL. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Publicado no DOU de 26/3/2015.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Publicado no DOU de 25/3/2015.

BRASIL. Portaria MINC/IPHAN nº 195, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional. Publicado no DOU de 23/5/2016.

BRASIL. Portaria MINC/IPHAN nº 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Publicado no DOU de 23/5/2016.

BRASIL. Portaria MINC/IPHAN nº 197, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior. Publicado no DOU de 23/5/2016.

BRASIL. Portaria MINC/IPHAN nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Publicado no DOU de 20/9/2018.

BRASIL. Portaria MINC/IPHAN nº 271, de 01 de agosto de 2025. Estabelece os requisitos para aptidão e cadastro de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, seus deveres e as normas para emissão de Declaração de Endosso Institucional. Publicado no DOU de 04/08/2025.

BRUNO, M. 1992. Arqueologia e museu: Por quê? Para quem? *Terra Indígena*, n. 65, 37-43.

BRUNO, M. 1996a. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 6, 293-313.

BRUNO, M. 1996b. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Cadernos de Sociomuseologia – Museologia e Comunicação*, n. 9. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 55-73.

BRUNO, M. 1999. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Lisboa: ULHT.

BRUNO, M. 2005. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 31, 234-247.

BRUNO, M. 2007. *Musealização da arqueologia: alguns subsídios (texto não publicado)* – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRUNO, M. 2013. As futuras gerações têm direito à herança arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização. In: MACHADO, Gerson; SOUSA, Flávia Cristina Antunes de; STERBACH, Judith (orgs.). *Educação patrimonial e arqueologia pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 21-39.

BRUNO, M. 2013/2014. *Musealização da arqueologia: caminhos percorridos*. *Revista de Arqueologia*, Belém, vol. 26/27 (2/1), 4-15.

BRUNO, M.; ZANETTINI, P. 2007. O futuro dos acervos. In.: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB - Florianópolis*. Erechim: Habilis, 1-15.

BRUNO, M.; AFONSO, M.; GUEDES, S.; ALVES, C. 1992. Um olhar museológico para arqueologia: a exposição Pré-História Regional de Joinville (Santa Catarina). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 1, 113-129.

BRUNO, M.; COMERLATO, F.; COSTA, C.; LAIA, P.; MONTALVAO, A.; WICHERS, C.; POLO, M.; RIBEIRO, D.; SALADINO, A.; SILVA, M.; VASCONCELOS, M. 2020. Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras. *Revista de Arqueologia*, vol. 33, 19-42.

CALDARELLI, S.; BRUNO, M. 1982. Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado, pesquisas e exposições do IPH-USP. *Revista de Pré-História*, n. 4, 143-170.

COSTA, C. 2007a. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE/UFBA. *Revista Eletrônica Jovem Museologia*, Rio de Janeiro, vol. 2 (4), 4-23.

COSTA, C. 2007b. A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. In: Congresso Internacional de Arqueologia da SAB, 1., XIV Congresso Nacional da SAB, XIV. Anais [...]. Erechim: Habilis (CD-ROM).

COSTA, C. 2008. Museologia e Arqueologia - parte 1: a materialidade de uma relação interdisciplinar. *Revista Museu*, vol. 40, 1-6.

COSTA, C. 2014. Gestão de acervos arqueológicos: considerações sobre a perspectiva legal. In: MENDONÇA, E.; SILVA, J. (Orgs.). *Bens culturais musealizados: políticas públicas, preservação e gestão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: UNIRIO / Escola de Museologia, 79-87.

COSTA, C. 2017. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico-legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológica e museológica. *Revista de Arqueologia Pública*, vol. 11, 215-253.

COSTA, C. 2018. A Arma e o Golpe de Misericórdia. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 7, 274-289.

COSTA, C. 2019a. Nem tudo está perdido: Arqueologia e Histórias de Vida na contextualização de objeto arqueológico do MAE/UFBA. *Caderno do LEPAARQ (UFPEL)*, vol. 16, 21-32.

COSTA, C. 2019b. Por políticas para a gestão e musealização do Patrimônio Arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*, vol. 17, 101-124.

COSTA, C.; COMERLATO, F. 2007. Sugestões para educação patrimonial em arqueologia por contrato. *Canindé – Revista do Museu Arqueológico de Xingó, Aracaju*, vol. 1, n. 9, 195-200.

COSTA, C.; COMERLATO, F. 2013/2014. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre o endosso institucional em projetos de Arqueologia. *Revista de Arqueologia*, vol. 26/27 (2/1), 115-131.

COSTA, C.; FERNANDES, L. 2020. “Joga fora no lixo”? Reflexões sobre o descarte de espólio de pesquisas arqueológicas no Brasil. *Revista de Arqueologia*, vol. 33, 189-205.

DUARTE CÂNDIDO, M. 2005. Cultura material: interfaces disciplinares da arqueologia e da museologia. *Cadernos do CEOM, Chapecó*, vol. 18 (21), 75-90.

DUARTE CÂNDIDO, M. 2008. Arqueologia e público: pesquisas e processos de musealização da arqueologia na imprensa brasileira. *Revista de Arqueologia Pública, Campinas*, vol. 3 (1), 33-48.

DUARTE CÂNDIDO, M. 2018. Ação educativa em projetos de arqueologia por contrato. In: DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. *Cultura material e patrimônio arqueológico*. CreateSpace Independent Publishing Platform, 269-276.

- DUARTE CÂNDIDO, M.; CALDARELLI, S. 2017. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? *Revista de Arqueologia Pública, Campinas*, vol. 11 (2), 186-214.
- DUARTE CÂNDIDO, M.; WICHERS, C. 2015. Reflexões sobre museus, turismo e o compromisso público da arqueologia. *Revista Iberoamericana de Turismo, Maceió*, vol. 5 (2), 103-119.
- FERNANDES, L.; COSTA, C. 2019. Procedimentos Iniciais de Documentação em Coletas Arqueológicas no Laboratório de Documentação e Arqueologia - UFRB. *HABITUS*, vol. 16, 345-360
- DILLEHAY, T. 1997. Onde estão os remanescentes ósseos humanos do final do pleistoceno? Problemas e perspectivas na procura dos primeiros americanos. *Revista USP: Dossiê Surgimento do Homem na América*, número 34. São Paulo: USP, 22-33.
- FUNARI, 2006. *Arqueologia*, 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- GUARNIERI, W. 1990. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *Cadernos Museológicos*, n. 3. Rio de Janeiro: IBPC.
- LEROI-GOURHAN, A. 1964. O gesto e a palavra 1 – técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70.
- LEROI-GOURHAN, A. 1965. O gesto e a palavra 2 – memória e ritmos. Lisboa: Edições 70.
- LEROI-GOURHAN, A. 1971. Evolução e técnica 1 – o homem e a matéria. Lisboa: Edições 70.
- LEROI-GOURHAN, A. 1984. Evolução e técnica 2 – o meio e as técnicas. Lisboa: Edições 70.
- LIMA, T.; BRUNO, M.; FONSECA, M. 1993. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. Exploração arqueológica e museológica. In.: *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, n.1. São Paulo: USP, p.179-206.
- PARDI, M. 2002. Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
- RIBEIRO, D. 2007. A ciência da informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Dissertação Mestrado, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- RIBEIRO, D. 2013. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- SALADINO, A. 2008. Prospecções na arqueologia brasileira: processos de re-significação e práticas de preservação do patrimônio arqueológico. In: *Anais da 26ª RBA*. Porto Seguro: ABA.
- SALADINO, A. 2009. Arqueologia patrimonializada e desenvolvimento social: perspectivas no Brasil e em Portugal. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, vol. 2, (2), 38-45.
- SALADINO, A. 2010. Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do Iphan. Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- SALADINO, A. 2011. O patrimônio cultural e sua relação com a criação de um projeto de nação e identidade nacional. In: MAGALHÃES, A.; BEZERRA, R. (Orgs.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 97-105.
- SALADINO, A. 2013/2014. IPHAN, arqueólogos e patrimônio arqueológico brasileiro: um breve panorama. *Revista de Arqueologia*, Belém, vol. 26/27, (2/1), 40-58.
- SALADINO, A. 2015. Museus e arqueologia: algumas reflexões sobre a preservação e a valorização dos bens arqueológicos. *Tempo Amazônico*, Macapá, vol. 3 (1), 159-177.

SALADINO, A.; COSTA, C. 2015. E agora, José? Reflexões sobre o estado da arte do patrimônio arqueológico no Brasil. In: CAMPOS, J.; PREVE, D.; SOUZA, I. (Orgs.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia Editora, 169-190.

SALADINO, A.; COSTA, C.; MENDONÇA, E. 2013. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, vol. 7 (2), 106-118.

SALADINO, A.; WICHERS, C. 2015. La preservación del patrimonio arqueológico en Brasil: un panorama sobre la actuación del Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (Iphan). *Memorias (Barranquilla)*, Caribe, n. 27, 36-71.

TAMANINI, E. 1994. Museu arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

WICHERS, C. 2010. Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

WICHERS, C. 2012. Patrimônio arqueológico paulista: propostas museológicas para sua preservação. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

WICHERS, C. 2014. Museus, ações educativas e prática arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experimentações. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, vol. 3 (6), 119-134.

WICHERS, C. 2013/2014. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, Belém, vol. 26/27 (2/1), 16-39.

WICHERS, C. 2016. Sociomuseologia e arqueologia pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 7, 31-56.

WICHERS, C. 2017. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas. *Revista de Arqueologia*, Belém, vol. 30 (2), 35-50.

WICHERS, C.; SALADINO, A. 2015. Los museos van por aquí y el patrimonio arqueológico por allí: los retos para la continuación de los procesos de preservación en Brasil. *Memorias (Barranquilla)*, Caribe, n. 27, 107-144.